

Leônidas criticou Constituinte a pedido de Sarney

BRASÍLIA — O general Leônidas Pires Gonçalves não surpreendeu o presidente José Sarney com seu discurso na reunião ministerial porque nas últimas 48 horas que antecederam a divulgação do projeto os dois vinham conversando seguidas vezes por dia, por telefone e pessoalmente. Entre os 26 ministros que compõem o governo, Leônidas pareceu ao presidente ser a pessoa mais indicada para falar em seu nome.

O correto teria sido o ministro da Justiça, Paulo Brossard, exercer o papel de porta-voz do descontentamento, mas além de não ter peso político, ele já havia se declarado parlamentarista, o que o inviabilizava para o protesto. O presidente Sarney não poderia falar, segundo sua própria avaliação, porque deveria ser preservado para a negociação com o PMDB. Sobrou para Leônidas. Além de o general ser muito afinado com o presidente Sarney, não se pode esquecer o peso da sua farda, justificou um dos ministros do Palácio do Planalto.

A questão da anistia apenas foi a desculpa usada por Leônidas para reagir, pois não residia exatamente nela a questão mais séria. Da anistia, apenas o artigo 32, que trata de benefícios a ex-combatentes considerando nesta situação até mesmo aqueles que tenham apenas sido vigilantes no litoral, pode significar algum gasto extra para o Ministério do Exército. Esta é uma espécie de extensão da "Lei da Praia" que resulta em uma série de benefícios a pessoal mobilizado durante a guerra.

"Esquerdização" — O descontentamento de Leônidas apenas refletia a preocupação do presidente José Sarney com o parlamentarismo, com o nível de intervenção do Estado na economia preconizado no projeto, com a questão tributária, enfim, com o que os auxiliares do presidente estão chamando de "esquerdização da Constituinte". Neste aspecto Leônidas tinha mais um motivo ainda para desgostar do projeto: a redução dos poderes das Forças Armadas de intervir na segurança interna do país.

Um episódio foi lembrado nas conversas entre o presidente José Sarney e o general Leônidas Pires Gonçalves na véspera da reunião ministerial: o da homenagem prestada a Bernardo Cabral pelo advogado Edevaldo Alves da Silva em São Paulo, no último dia 14, que contou com a presença da maioria do ministério. Naqueles dias a intimidade de Cabral com Sarney era tanta que o deputado não se constrangeu em lhe telefonar pedindo que liberasse os ministros para comparecerem a cerimônia em São Paulo. Até Leônidas foi. Um auxiliar de Sarney dizia que Cabral foi um "mestre do despistamento" e conseguiu enganar o Planalto.

Senha — O momento mais quente da reunião ministerial que acabou deixando o déficit público de lado para enveredar pelo rosário de críticas feitas aos trabalhos da Constituinte pelo ministro Leônidas foi programado para quando se chegasse ao item quatro da pauta previamente distribuída, definido numa frase: "palavra franca".

Na véspera da reunião, Sarney já tivera um encontro dos mais difíceis com Bernardo Cabral, principalmente pela inclusão do parlamentarismo no substitutivo, ao ponto de ter encerrado o encontro dando a desculpa de ter convidado à sua espera. Aquela altura, de acordo com outro assessor de Sarney, o presidente já havia sido comunicado pelo ministro do Exército de que Cabral, mais uma vez, não cumprira nada do que acertara nos encontros de ambos.

Aviso — O tom duro utilizado pelo General Leônidas na manhã seguinte teve o completo aval do presidente, como ele deixou claro durante audiência, ontem, com o deputado Aécio Neves Cunha (PMDB-MG). "O ministro tem razão". "O ministro está coberto de razão", repetiu Sarney durante a conversa com o deputado mineiro, segundo este contou mais tarde a outro deputado. Com Aécio, como fizera na véspera o ministro do Exército, Sarney se queixou de que o projeto não representa o pensamento da maioria e disse que o governo agiria para tentar modificar o projeto da Comissão de Sistematização.

As declarações do ministro, de acordo com um assessor palaciano, tiveram dois objetivos imediatos: avisar parte do ministério de que o presidente não está recebendo o apoio que julga obrigação de seus auxiliares; mostrar que não está sozinho nessa briga para fazer valer as teses do governo (as Forças Armadas estão solidárias e era preciso deixar isso claro); e alertar a nação de que o Governo não assistia mais passivamente aos trabalhos da Constituinte.

A divulgação da fala do ministro na reunião foi feita pelo próprio Palácio do Planalto, depois de uma combinação que envolveu Leônidas, Sarney e a Secretaria de Imprensa e Divulgação. Sem contar que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, procurado por um grupo de jornalistas em seu gabinete, fez questão de ler trechos inteiros do pronunciamento do general, ali incluindo a expressão "esquerda radical", que o porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto, nega ter sido usada, da mesma maneira que o Ministro fez questão de esclarecer ontem.

O confronto das propostas			
Anistia			
Com. Arinos	F. Armadas	Projeto Cabral	Mil. Cassados
Acrescenta aos benefícios concedidos pela emenda 26 a garantia de reversão à situação individual do servidor civil ou militar antes de ser punido, o direitos de acesso a "promoção, efetivação e reintegração imediata", com todos os direitos a vencimentos, vantagens e ressarcimento de atrasados. Manda indenizar as famílias de "falecidos ou desaparecidos em decorrência de atos de repressão política"	Os militares não contestaram o teor da emenda 26, de 27 de novembro de 1985. Nela se concedia promoção, na aposentadoria ou na reserva, a civis e militares de acordo com critérios de antiguidade. A Administração Pública poderia, "à sua exclusiva iniciativa, competência e critério", readmitir ou reverter ao serviço ativo o anistiado, respeitando as peculiaridades das respectivas carreiras e regimes jurídicos.	Tem o mesmo espírito da emenda 26/85, com a diferença de que amplia os efeitos da anistia: não mais apenas para os punidos entre 1961 e 1979 (anistias dadas no início do parlamentarismo e no início do governo Figueiredo), mas entre 1946 e a data da promulgação da próxima Constituição. Não fala, como a emenda, em crimes políticos ou conexos, mas nas punições "em decorrência de motivação exclusivamente política".	Associações de militares cassados propõem que a anistia seja dada, como no projeto de Cabral, aos punidos por motivação exclusivamente política. Querem que se assegure a reintegração de civis e militares no serviço ativo, garantindo-lhes as promoções, "como se em atividade estivessem" — mas respeitados os limites de idade —; e submetendo-os, "para fins de atualização, aos cursos necessários à carreira".
Papel das Forças Armadas			
Com. Arinos	F. Armadas	Projeto Cabral	A definição do papel das Forças Armadas feita na proposta do relator Bernardo Cabral submete sua ação interna a um pedido dos poderes constitucionais, mas só nisso diverge da expectativa dos militares, ao contrário do texto da Comissão Afonso Arinos.
"Destinam-se a assegurar a independência e a soberania do país, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional". É uma proposta que qualifica todos os conceitos. Por exemplo: não fala em defesa da Pátria, mas em assegurar a independência, a soberania e a integridade do território do país. E toda ação interna se submete à lei.	Proposta distribuída por coronéis que fazem o lobby do Ministério do Exército baseia-se na Constituição de 67: "Destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem". A Constituição em vigor, outorgada pela Junta Militar em 69, fala em "poderes constituídos" — o que pode significar até uma ditadura. Não se sabe se a ordem mencionada é a ordem pública ou a ordem democrática.	"Destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional". Volta o conceito de pátria, mas a ordem é qualificada. Como nas outras propostas e na Constituição atual, define assim as Forças Armadas: "instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob o comando supremo do presidente da República".	

Senador acusa Leônidas de criar clima de golpe

VITÓRIA — O senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), vice-presidente do Senado, classificou como uma armação de golpe de esquerda a acusação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que a Constituinte estaria sendo manobrada por uma minoria.

De acordo com o senador, o país se encaminha para um fechamento, após o fracasso do Plano Bresser. Ferreira acha que a declaração do general, a seu ver arrancada do vazio, "parece pretexto para a utilização de força".

"Como ministro, ele não tem o direito de dizer que não cumpre a lei", acrescentou o senador. O ministro do Exército "também não tem o direito de dizer que a Constituinte é dominada por um grupelho". José Ignácio complementava declarações feitas no programa Bom-Dia, Espírito Santo, quando condenou como "um absurdo" e "coisa de país do Terceiro Mundo" a manifestação de Leônidas, ressaltando que ele teria o direito de dar sua opinião apenas como cidadão.

Batalha de confete — Ainda segundo o senador, no mesmo programa, o governo já não pode esconder que a política econômica fracassou e o déficit público não foi contido. "O custo de vida vai disparar. A partir de outubro a coisa se tornará dramática. É isso que se pretende encobrir. E daqui a pouco vai-se tentar justificar um golpe no país. Eu já vi esse filme", disse.

José Ignácio Ferreira acrescentou que o ministro do Exército começou errando quando afirmou que não aceitava a anistia que fosse estabelecida pela Constituinte: "Isso é o tipo da insubordinação de cima para baixo. Eu me pergunto, como vice-presidente do Senado, quem é o general Leônidas e quantos votos ele teve. Quantas batalhas ele ganhou? Alguma batalha de confete, pelo menos?"

Segundo o senador, "é preciso deixar o povo fazer a sua Constituição", que classificou de "um trabalho sério". Quanto ao ministro, "deve ser mais comedido em suas declarações, num momento em que o país faz uma travessia delicada, vencendo obstáculos à esquerda e à direita".

Grupo espera mais pressão

BRASÍLIA — Um grupo de 50 constituintes de esquerda, que se reuniu anteontem à noite no Centro Cultural Missionário, localizado na Asa Norte da cidade, concluiu que as críticas do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao projeto de constituinte fazem parte da crise de governo que o presidente José Sarney enfrenta. Os parlamentares acreditam que haverá novas pressões sobre a Constituinte.

Na análise dos esquerdistas, a insistência do Palácio do Planalto no presidencialismo, quando se nota na Constituinte tendência majoritária para o parlamentarismo, mostra que Sarney perdeu o controle sobre suas bases de sustentação parlamentar. Para o deputado José Genoino (PT-SP), que participou do encontro, "o governo não quer perder nada e o conflito surgiu porque o centro não quer sair chamuscado dessa Constituinte, porque pretende se tornar uma alternativa real de poder diante do desgaste de Sarney".

MUP repudia "desrespeito"

BRASÍLIA — As críticas do ministro Leônidas Pires Gonçalves ao projeto de Constituição tiveram o primeiro revide formal de uma corrente partidária. O MUP (Movimento de Unidade Progressista) assinou uma nota de 26 linhas, repudiando as declarações do ministro e pedindo ao deputado Ulysses Guimarães que defendesse a soberania da Constituinte.

"Pressionar a Constituinte é um direito de qualquer brasileiro, inclusive do cidadão Leônidas Pires Gonçalves. Ameaçá-la no entanto é um desrespeito ao povo que a elegeu", diz a nota, entregue pela deputada Cristina Tavares ao deputado Ulysses Guimarães. O documento diz que a Consti-

tuente representa "uma resposta histórica aos vinte anos da ditadura de uma minoria, esta sim radical na defesa dos seus privilégios e interesses anti-pátria".

A nota acusa ainda os militares de terem elevado a dívida externa de 3,2 bilhões para mais de 100 bilhões de dólares e de terem eliminado a estabilidade dos trabalhadores com uma desumana política salarial que colocou o salário dos brasileiros dentre os mais baixos do mundo. O documento termina com um aviso: "Devolveremos insultos e ameaças a todo aquele que pretende reduzir ou desrespeitar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte."

Genoino salientou que "a esquerda nada tem a ver com essa disputa entre a direita e o centro. Tanto é que nós estamos criticando esse projeto do relator e nos preparando para a apresentação de emendas. Esse texto que saiu não nos atende".

Para o representante do PT, a crise do governo se manifesta também na disputa em torno da duração do mandato de Sarney, do sistema de governo e da missão constitucional das Forças Armadas. Quanto ao papel dos militares, disse que o projeto de Bernardo Cabral é um avanço, "já que eles ficarão agora subordinados aos poderes constitucionais".

O presidente nacional do PT, deputado Luís Inácio da Silva, Lula, censurou na reunião o líder de seu partido na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Raul Pont, que criticou as Forças Armadas na sessão de homenagem ao Dia do Soldado, provocando a retirada dos oficiais presentes. Ficou acertado que as esquerdas deverão evitar provocações.

Texto sobre as Forças Armadas agrada a OAB

BRASÍLIA — O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, elogiou o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, principalmente no artigo 192, sobre o papel constitucional das Forças Armadas. "A redação é a que a Ordem preconiza: as Forças Armadas, em vez de tutoras, transformam-se em servidoras dos poderes constitucionais", disse.

Thomaz Bastos atribuiu a esse artigo a irritação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, com o substitutivo de Cabral. Pelo artigo 192, a intervenção dos militares para manutenção da ordem fica subordinada ao poder civil, pois o texto diz que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa destes, da ordem constitucional".

Ao criticar essa redação, o general Leônidas incorre num falso dilema, segundo o presidente da OAB. "É um falso dilema discutir se as Forças Armadas são responsáveis pela ordem externa ou interna. Nos dois casos, elas são servidoras dos poderes constitucionais dos poderes instituídos".

O texto de Cabral neste ponto apenas repetiu, "com pequenas alterações", a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida no ano passado pelo atual senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Na fase anterior da Constituinte, a OAB havia apresentado emendas com o mesmo teor, segundo Thomaz Bastos.

Avaliação — A OAB incubiu seu grupo de estudos constitucionais de fazer uma avaliação do substitutivo de Cabral e divulgará as conclusões segunda-feira, em Brasília. Com base nessa avaliação, a entidade propôs emendas ao projeto.

Segundo Thomaz Bastos, o projeto atende em parte a OAB, quando dá ao Supremo Tribunal Federal atribuições de corte constitucional. A proposta inicial da OAB era a criação pura e simples de um tribunal constitucional. Depois, evoluiu para a manutenção do STF, mas dando-lhe atribuição de foro constitucional e aumentando sua composição dos atuais 11 ministros para 16.

Ministro antecipa a guerra

Villas-Boas Corrêa

O veemente estrilo do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, no apagar das luzes da reunião ministerial da última quinta-feira, deu um empurrão vigoroso na inevitável radicalização da Constituinte, antecipando para os debates e votações da Comissão de Sistematização o confronto que se procurava adiar para o plenário.

A reação do ministro Pires Gonçalves interrompeu um esforço de conciliação que sofrera um primeiro abalo com a apresentação do substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral e repellido em desabridos pronunciamentos das lideranças do chamado grupo progressista. Mas o in-

tervalo curto para a apresentação de emendas e até o parecer do relator, dia 3, quinta-feira, oferecia uma trégua para o entendimento.

Guerra — Agora, a guerra está declarada e não há mais qualquer possibilidade de negociação, pelo menos nos grandes temas polêmicos, com mais denso colorido ideológico.

Quase passou despercebido, na alucinante seqüência de uma semana que esbanjou tensões, a ameaça do bloco progressista, solenemente encaminhado ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de uma obstrução suicida dos trabalhos na Comissão de Sistematização, se algumas das reivindicações do grupo não forem atendidas, ao menos parcialmente.

O prenúncio de radicalização no que parecia uma bravata do mais fraco, estava embrulhado em estimativas matematicamente exatas mas em frágil avaliação política.

Debulhando o regimento in-

terno da Comissão de Sistematização, somando todas as suas brechas liberais, os progressistas levantaram a possibilidade teórica de uma obstrução que, "na pior das hipóteses", se arrastaria por 433 dias.

Dá a impressão de uma assustadora advertência. Mas não é. Ora, nas queixas ao doutor Ulysses, as lideranças reconheceram, em comovente sinceridade, que representam cerca de 100 votos em 559. Portanto, uma disparidade que não suporta o acerto no voto.

Se são 100 em 559, é evidente a inevitabilidade de derrota. E que pode ser adiada, enquanto a reação barulhenta busca sensibilizar a opinião pública, rendendo dividendos eleitorais no futuro.

A obstrução anunciada na Comissão de Sistematização, se efetivada como está na linha da probabilidade, assinalará a ruptura da tênue linha de entendimento e conciliação e o início das hostilidades.

Tática — A fase de montagem do anteprojeto para valer,

espichada no desperdício de tempo e no perigoso estímulo às ilusões, contribuiu para agravar equívocos e retardar a irrupção de evidências.

Uma versão explica a exaltação do ministro do Exército por um impulso emocional. É claro que não pode ser exato. Vá lá que o tom do desabafo reflete a irritação acumulada por um debate penoso e com a carga de frustração ante o alegado e não provado descompromisso pelo relator, deputado Bernardo Cabral, do que fora previamente combinado.

Mas um general-de-Exército, com todos os cursos de Estado-Maior, joga taticamente, mirando objetivos nítidos. A crítica depositada no foro adequado de uma reunião ministerial teoricamente protegida pelo sigilo e por ministro instado a pronunciar-se, aponta muito mais para a inspiração de uma manobra visando clarear a Constituinte, com a divisão dos opositores. O ministro convocou a maioria a reunir-se e partir para a briga.